

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	REGULAÇÃO E NATUREZA: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS								
<b>DOCENTE</b>	BIANCA MEDEIROS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE155	<b>SEMESTRE</b>	2021.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>		Conceitos em torno da regulação e natureza. Razões para regular a natureza. Disputas sobre o acesso aos recursos naturais. Teorias da regulação ambiental. Estratégias regulatórias ambientais. Governança ambiental. Instrumentos de regulação da natureza. Aspectos da regulação ambiental brasileira.	
<b>OBJETIVOS</b>		Apresentar reflexões teóricas e práticas em torno de temas da regulação e natureza, com intuito de problematizar os dilemas inerentes à regulação do meio ambiente, as estratégias e os instrumentos que vêm sendo adotados e as especificidades deste ambiente regulatório.	
<b>METODOLOGIA</b>		Aulas participativas com discussão de marcos teóricos e casos concretos.	
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	<b>x</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.	
	<b>x</b>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.	
	<b>x</b>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.	
	<b>x</b>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.	
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.	
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.	
	<b>x</b>	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.	
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.	
	<b>x</b>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.	
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.	
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.	
	<b>x</b>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.	
	<b>x</b>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.	
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	
		Outras:	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>		
1	Apresentação do curso.		
2	Categorias conceituais em torno da regulação e da natureza.		
3	Disputas em torno da natureza: reflexões à luz da Ecologia Política.		
4	Por que regular a natureza?		
5	Especificidades do ambiente regulatório ambiental.		
6	Quem regula? Instituições, atores e governança ambiental.		
7	Instrumentos de regulação aplicados à natureza.		
8	Instrumentos econômicos aplicados à natureza.		
9	Apresentação e discussão dos temas dos artigos que serão elaborados pelos alunos.		
10	Regulação e natureza no Brasil: aspectos institucionais		
11	Regulação e natureza no Brasil: marcos regulatórios		
12	Regulação e natureza no Brasil: instrumentos regulatórios		
13	Licenciamento ambiental: entre os princípios econômicos e a preservação do meio ambiente		

14	Estratégias atuais da regulação ambiental no contexto brasileiro
15	Encerramento. Entrega do artigo.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	<b>X</b> Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Critérios de avaliação:</p> <p>1. Entrega de um artigo curto (70%): a avaliação compreenderá a entrega de um artigo em que as alunas e os alunos irão desenvolver um dos temas abordados na aula, fundamentando a importância do tema escolhido e sua argumentação.</p> <p>2. Participação em aula (30%):</p> <p>a. Participação nas discussões das aulas;</p> <p>b. Envio prévio de pergunta orientadora sobre os temas debatidos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. <b>Science</b>, New Series, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: <a href="https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243">https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243</a></p> <p>OSTROM, Elinor. Reformulating the Commons. <b>Ambiente e Sociedade</b>, ano V, n. 10, p. 1-22, 2002. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16883.pdf">https://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16883.pdf</a></p> <p>SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha; LAMARE, Julia M. Direito, economia e meio ambiente: uma introdução à regulação ambiental. In: PINHEIRO, Armando Castelar <i>et al.</i> (Orgs.). <b>Direito e Economia Diálogos</b>. 1ed. Rio de Janeiro: FGV DIREITO RIO, 2019, v. 1, p. 543-569.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. <b>Astrolabio</b>, n. 11, p. 105-123, 2013. Disponível em: <a href="https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5549">https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5549</a></p> <p>BLACK, Julia. Critical reflections on regulation. <b>Australian Journal of Legal Philosophy</b>, v. 27, p. 271-289, 2002. Disponível em: <a href="http://www.austlii.edu.au/au/journals/AUJLLegPhil/2002/1.pdf">http://www.austlii.edu.au/au/journals/AUJLLegPhil/2002/1.pdf</a></p> <p>GUNNINGHAM, Neil et al. <b>Smart Regulation: designing environmental policy</b>. Oxford: Clarendon Press, 1998.</p> <p>BECKER, Joachim; RAZA, Werner. Theory of regulation and political ecology: an inevitable separation? <b>Ambiente e Sociedade</b>, n. 5, p. 5-17, jul./dec. 1999. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a02.pdf">https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a02.pdf</a></p> <p>SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. Regulação Ambiental. In: GUERRA, Sergio (Org.). <b>Regulação no Brasil: Uma visão multidisciplinar</b>. 1ªed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, v. 1, p. 307-334.</p>